

Um pirata sem perna de pau

O que está em causa não é só a Bielorrússia, é a resposta à repressão transnacional. E se a resposta não for firme, então isso significa que não há linha vermelha que não possam cruzar.

Nuno Severiano Teixeira | Público | 2 de Junho de 2021

Toda a gente sabe o que aconteceu: o voo 4978 da Ryanair operado por um Boeing 737, registado na Polónia e pertencente a uma companhia irlandesa, voava de Atenas, na Grécia, para Vilnius, na Lituânia. [Ao sobrevoar o espaço aéreo da Bielorrússia](#), a pretexto de uma ameaça de bomba a bordo, o avião é escoltado por um caça da Força Aérea bielorrussa, desviado da sua rota e obrigado a aterrar em Minsk. Já em terra, dois passageiros são retirados da aeronave e detidos. Soube-se depois que ameaça não era a bomba, que nunca existiu, mas [Protasevich](#), jornalista e dissidente que ficou preso, tal como a sua a namorada. Isto é, a ameaça não era à segurança do voo, mas ao regime de Lukashenko.

Ora, o sequestro de um avião comercial e o rapto de passageiros viola todas leis internacionais sobre a aviação civil: a Convenção Internacional da Aviação Civil de 1944, a Convenção de Montreal de 1971 e o Protocolo de Aeroporto de 1988. Primeiro, porque se faz uso da força para desviar um voo comercial da sua rota, não porque estivesse em causa a segurança física da aeronave, mas porque estava em causa o objectivo político de detenção de um opositor. Segundo, porque o voo estava sob jurisdição da Polónia, o país de registo do avião, e porque estando o avião em voo quando foi desviado, nenhum país tem o direito de deter suspeitos num avião civil por crimes que não tenham sido cometidos a bordo do voo. Em ambos os casos, no sequestro da aeronave como no rapto dos passageiros, trata-se, sempre, de uma violação grosseira do direito internacional. Um acto de pirataria aérea. Em que o pirata é o próprio chefe de Estado. E que desafia directamente a União Europeia e põe em causa toda a aviação comercial. Desafia a União Europeia porque se trata de uma companhia europeia, um voo entre duas cidades europeias e ainda por cima no [espaço Schengen](#).

Uma tal prática põe em causa o princípio da livre circulação de pessoas no espaço europeu e ameaça a segurança dos cidadãos que se vêem, assim, reféns da política interna de um Estado terceiro. Põe em causa toda a aviação comercial porque, se as normas internacionais da aviação civil não são respeitadas, isso significa que as companhias de aviação têm de avaliar as condições geopolíticas dos países de sobrevo e, quiçá, o currículo político dos seus passageiros para evitar desvios e sequestros. O resultado só pode ser um: voos mais longos e mais caros com as consequências previsíveis para a economia global. Este episódio até pode surpreender, mas não é, infelizmente, um caso isolado. Nem do ponto de vista interno nem do ponto de vista internacional. Do ponto de vista interno, é um passo mais no

endurecimento do regime de Lukashenko. Depois das últimas eleições, cerca 200.000 pessoas saíram à rua para contestar os resultados. A repressão abateu-se sobre a sociedade civil e já provocou, dizem, 35.000 detidos, 30.000 exilados e 400 presos políticos. É natural: a repressão aumenta na mesma proporção em que a legitimidade diminui.

Do ponto de vista internacional, o episódio provocou indignação global, mas se a tática é nova, a estratégia corresponde a uma tendência que se está a tornar um novo normal: as campanhas de repressão transnacional. Por todo o lado e com cada vez maior frequência, autocratas e ditadores perseguem, prendem, torturam e assassinam os seus opositores, independentemente do território onde vivam, da cidadania que tenham ou das leis que supostamente os protejam. A repressão não respeita fronteiras, passaportes ou normas, nacionais ou internacionais. Os casos de [Sergei Skripal](#), espião russo envenenado no Reino Unido, ou de [Jamal Khashoggi](#), jornalista saudita assassinado na Turquia, são apenas os mais mediáticos. Mas o relatório de 2021 da Freedom House regista, desde 2014, 608 casos de repressão transnacional, entre deportações, detenções, assaltos, tortura e assassinios. Antes, recorriam à cooperação de outros parceiros autoritários. Hoje tiram partido da interdependência global dos sistemas viagens, das migrações internacionais e da partilha de dados.

Não nos iludamos: a repressão transnacional está, estruturalmente, ligada à erosão das normas internacionais e ao retrocesso da democracia. E os regimes autoritários estão atentos à reacção das democracias. Porque o que está em causa não é só a Bielorrússia, é a resposta à repressão transnacional. E se a resposta não for firme, então isso significa que não há linha vermelha que não possam cruzar. E que o que até agora era a excepção tornou-se a regra.

<https://www.publico.pt/2021/06/02/mundo/opiniao/pirata-perna-pau-1964921>